

Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural*

JUAREZ RUBENS BRANDÃO LOPES

Proponho-me neste artigo examinar as migrações como parte integrante das transformações estruturais que constituem o desenvolvimento. Em outras palavras, estes movimentos de população são parte dessas transformações estruturais, isto é, ao mesmo tempo, fatores e resultados do processo de mudança. Orientando a análise para as interrelações dos movimentos migratórios com o processo global em que se inserem, ganha-se, de um lado, maior compreensão das suas condições e características e, do outro, esclarece-se melhor aspectos do próprio processo de desenvolvimento (recente artigo de Balan é excelente exemplo deste ponto. Balan, 1973). Este é objetivo deste artigo: ilustrar uma abordagem no estudo das migrações mais fértil que as empregadas na maioria das vezes, quais sejam os enfoques psico-sociais ou aqueles relacionados à teoria da modernização.

Concebe-se aqui o desenvolvimento de uma perspectiva histórico-estrutural, isto é, como transformação estrutural específica em dado contexto histórico. A aparente organização dual das regiões subdesenvolvidas, como podiam encontrar-se no final do século XIX (setores de exportação modernos inseridos em economias de subsistência em larga medida não monetárias) resultaram da incorporação daquelas regiões na divisão internacional do trabalho, resultante da expansão do capitalismo industrial (Levin, 1960). Exame mais detido das economias e sociedades assim constituídas, sob ótica ampla, revela uma multiplicidade de situações. De particular relevância é a distinção traçada por Cardoso e Faletto (de ponto de vista econômico e sócio-político, e interrelacionando as estruturas de dominação interna e externa) entre duas situações fundamentais durante o período primário-exportador: aquela em que o sistema produtivo era controlado nacionalmente e a das economias de enclave (Cardoso e Fale-

* Publicación simultánea en la revista del "Centro Brasileiro de Análise e Planejamento", *Estudos CEBRAP* 6.

tto, cap. III, 1969). A partir dessas situações, condicionado por elas, através de uma dinâmica “interna” e “externa”, o desenvolvimento, quando ocorreu, assumiu formas particulares e passou por fases específicas. Em certas conjunturas econômicas e configurados certos processos sócio-políticos, o mercado, preponderantemente urbano, criado pelo setor de exportação, serviu de base para uma industrialização substitutiva de importações. Tal industrialização seguiu padrão característico, o que levou Seers, por exemplo, a identificar, de ponto de vista principalmente econômico, as seguintes etapas: (a) a da economia aberta (o período primário-exportador); (b) a da economia aberta sob tensão; (c) a da economia fechada na fase de fácil substituição de importações; (d) a da economia fechada na fase de difícil substituição de importações; e (e) a etapa de diversificação de exportações (Seers, 1963). Estas etapas, como basta reflexão superficial para concluir, tratam o desenvolvimento quase exclusivamente do ângulo do papel que economias “periféricas” desempenham no mercado internacional, sem deter-se sobre as relações e estruturas sócio-políticas que as colocam em movimento. Ao contrário, Cardoso e Faletto põem a ênfase de sua análise justamente sobre tais estruturas e relações, abordando as formas que assumem, e a dinâmica que têm, em cada uma das fases do desenvolvimento que distinguem, isto é, o período de “expansión hacia afuera” (com as duas situações fundamentais já mencionadas); o “momento” de transição; fase de consolidação do mercado interno; e o período de internacionalização do mercado.¹

Não é intenção deste trabalho examinar exaustivamente as migrações nas suas relações com os processos de desenvolvimento em cada uma de suas fases e momentos. Ao invés disto, o tema será tratado exemplificativamente, focalizando, em breve, alguns aspectos dos movimentos migratórios em certos “momentos” do desenvolvimento brasileiro, a saber: (a) a imigração estrangeira quando da formação do trabalho “livre” no fim do século XIX, nos anos 80, na região cafeeira paulista; (b) a intensificação dos fluxos migratórios interregionais que ocorrem nos anos 40 e 50 deste século, com a formação de um mercado interno nacional; e, mais detidamente (c) as migrações no Nordeste, relacionadas com a contínua “recriação” de uma economia de subsistência, na atual fase de desenvolvimento monopolista brasileiro (a que foi denominada, acima, de etapa de internacionalização do mercado). Em cada caso, faz-se uma tentativa de relacionar os movimentos de população às características específicas do desenvolvimento e de mostrar as mudanças estruturais do processo, como expressão, não de processos econômicos abstratos, mas de dadas forças e estruturas econômicas e sócio-políticas.

A incorporação do Brasil no mercado mundial no século XIX, com a expansão do capitalismo industrial, fez-se pela constituição da economia cafeeira no Centro-sul — um setor controlado nacionalmente por uma nova camada agrária dominante;² este é o elemento básico para compreender-se os movimentos de população no final do século. Baseava-se a economia ainda no trabalho escravo. Depois de 1850, com o término do tráfico negreiro sob a pressão da Inglaterra, o fim do sistema escravista era apenas questão de tempo, já que a população escrava não se reproduzia. O processo de substituição dos escravos pela força de trabalho livre e a escolha, como fonte de recrutamento, para essa mão-de-obra assalariada, de imigração, ao invés da migração nacional, a partir das “reservas populacionais” dos estados de Minas Gerais e do Nordeste, são questões que apenas recentemente começam a ser tratadas adequadamente (Graham e Buarque de Hollanda Filho, 1971; Balan, 1973). A grande expansão do café coincidiu com a crise do regime escravista. E é neste contexto, o da escassez de trabalho para as novas terras de café, no planalto paulista, que o problema deve ser colocado. A escassez de trabalho não podia ser enfrentada pela transferência de escravos das regiões açucareiras decadentes do Nordeste, transferência que de fato ocorreu, face a fortes resistências políticas, mas em quantidade insuficiente. Também não podia ser resolvida pelo recurso à população não-escrava local, pouco numerosa, praticando uma economia de subsistência itinerante em terras não aproveitadas ou ainda não atingidas pela cafeicultura. Tampouco, pela população não-escrava, muito mais numerosa, dos estados ao norte (Minas Gerais e Nordeste), que vivia em circunstâncias similares à daquela outra. Em última análise, a existência de terras livres, não ainda objeto de apropriação, e a possibilidade sempre presente de uma economia de subsistência, impedia a incorporação desta população, camponesa-dependente, no setor de café em crescimento, com mais forte razão devido aos grandes volumes requeridos de força de trabalho (Holloway, 1972). Ademais, o trabalho disciplinado nas plantações era, aqui, sinônimo de trabalho escravo. “A proletarianização, escreve Balan, somente podia resultar da eliminação de outros modos de subsistência e da emergência de setores sem tradição escrava. A força de trabalho liberada pela crise na Itália era densa, sem meios de vida alternativos, e objetiva e subjetivamente adequados a uma agricultura capitalista, pelo menos após a abolição da escravidão. A sua existência e recrutamento, por seu lado, tornou a absorção da força de trabalho nacional pelos setores capitalistas, urbano e rural, mais vagarosa e gradual” (*op. cit.*, pp. 23-24).³ Os subsídios do governo estadual à imigração, não apenas foram decisivos para garantir o suprimento de mão-de-obra no volume requerido, mas também permitiram a instalação de colo-

nos estrangeiros nas fazendas sem endividamento, o principal fator usado em experiências anteriores pelos donos de terra para imobilizar a força de trabalho. Desta maneira, forças econômicas e sócio-políticas convergiram para criar, na região cafeeicultora, uma força de trabalho livre, rural e urbana.

oOo

Após a abolição da escravidão, o Brasil industrializou-se, quando fatores econômicos e políticos “fecharam” a economia por períodos, às vezes mais às vezes menos longos: no início da República nos últimos anos do século, durante a Primeira Guerra Mundial, depois da Revolução de 1930, e depois, continuamente, no período pós Segunda Guerra Mundial. Nesses momentos, processou-se a industrialização substitutiva de importações em todos aqueles lugares onde anteriormente a dinâmica da economia primário-exportadora havia criado mercados (principalmente urbanos) para produtos fabris importados. Os pontos a notar são os seguintes:

1) a industrialização ocorreu em centros urbanos já existentes e, por seu lado, acelerou o processo de urbanização;

2) este processo, criou, de início, áreas de mercado interno em larga medida estanques, devido basicamente a serem as linhas de transporte herdadas da fase primário-exportadora desligadas umas das outras; ao qual fato acresciase a descentralização política da Primeira República (quando, apenas para frizar um fato, haviam barreiras fiscais ao comércio interno);

3) os centros urbanos em desenvolvimento nas várias regiões, sendo associados a processos diversos prevalecentes nas suas áreas rurais imediatas —e.g. a maior monetização da economia nas regiões cafeeicultoras do Centro-sul comparada com a que ocorria na área açucareira do Nordeste (ver, entre outros, Holloway, 1972 e Eisenberg, 1972)— resultaram possivelmente, desde o começo, em estruturas urbanas distintas.

Depois da Revolução de 1930, com o gradual deslocamento da hegemonia econômica e política dos cafeeicultores, enfraquecidos pela depressão, os industriais gradualmente fizeram sentir seus interesses ao nível do Estado, o qual, cada vez mais, passou a tomar medidas para fortalecer o mercado interno e para a substituição de importações, tanto de bens agrícolas como fabris. Tais tendências transpareceram com maior clareza no período de poder pessoal de Vargas durante o Estado Novo (de 1937 a 1945), para firmarem-se definitivamente, depois da Segunda Guerra Mundial.

O impulso para a acumulação do capital, que resultava de medidas econômicas e políticas *gerais*, fez-se sentir mais intensamente onde, de início, a dimensão do mercado interno já era maior, isto é, na região Rio-

São Paulo no Centro-sul (para análise mais detida do que se segue, ver Lopes, 1968). Para o centro mesmo onde se intensificava este processo, em São Paulo, já nos anos 30, na medida em que a imigração para o estado diminuía, passavam a dirigir-se as migrações interregionais.

Já no fim da década dos anos 30, os migrantes nacionais tornaram-se a grande maioria dos que chegavam à parte mais dinâmica da economia. Este fato refletia a interligação crescente, especialmente durante os anos 40 e 50, das várias partes do mercado interno que antes tinham se desenvolvido separadamente. A unificação do mercado, deve-se salientar, não é fenômeno que se possa compreender em termos puramente econômicos: entrelaçou-se de modos complexos, durante largo período, com processos de integração social e de centralização política. De qualquer modo, no que diz respeito a movimentos de população pode-se acompanhar aquele processo no tempo com as estimativas de saldos migratórios (obtidas através de projeções populacionais, de um censo a outro, utilizando-se taxas líquidas de sobrevivência global), calculadas para cada período intercensal, por estado, em cuidadoso estudo recente (Graham e Buarque de Hollanda Filho, 1971, p. 98). Começando com o período 1920-1940, pode-se verificar, em cada período intercensal subsequente, números crescentes de emigrantes, inicialmente dos estados mais próximos de São Paulo (Minas Gerais e Bahia) para alcançar paulatinamente os estados mais ao norte, até que nos anos 50, a emigração líquida atinge para o total dos estados de Minas Gerais até o Piauí, mais de 2,6 milhões de pessoas no decênio.

Deve-se entender que a atração exercida pela economia paulista resultou, ao mesmo tempo, do seu desenvolvimento urbano-industrial e da sua expansão agrícola. Quando nas últimas décadas do século XIX as melhores terras próximas ao mercado urbano do Centro-sul encontravam-se ocupadas pela cafeicultura, surgira uma oferta apreciável de bens agro-pecuários para aquele mercado provindos do Extremo sur (cereais) e do Nordeste (açúcar, algodão). O afastamento da agricultura do café para o oeste do Estado, e, eventualmente, para o norte do Paraná, resultou, com o tempo, no desenvolvimento de agricultura comercial, à retaguarda do café, para o abastecimento urbano. A sua vantagem de localização, relativa aos mercados urbanos da região, provocou a expulsão deles dos produtos agro-pecuários das outras regiões (Singer, 1963; Nichols, 1962).

Um outro processo deve ser mencionado. Com a unificação do espaço nacional, e produção industrial do Centro-sul passou a aumentar não apenas com o crescimento de seu próprio mercado, mas também com o das outras regiões; o acirramento da concorrência debilitou o crescimento industrial das áreas periféricas do país, principalmente quando vantagens derivadas do custo inferior da força de trabalho, controlada pater-

nalisticamente, passaram a ser gradualmente retiradas pela ação do Estado, pela igualação dos salários mínimos regionais e pela implementação das leis trabalhistas nas áreas urbanas mais afastadas e mesmo sua extensão às áreas rurais (neste último caso afetando atividades agro-industriais e agrárias; ver Lopes, 1967 e Furtado, 1964, pags. 143 e seguintes). Existe igualmente evidência de considerável destruição de artesanato rural e semi-rural, pela penetração direta, nas zonas rurais das regiões mais atrasadas, de produtos fabris do Sul (ou de fábricas locais que já haviam sido levadas pela concorrência a suprir com produtos inferiores zonas rurais).

Todos estes processos, em curso durante os anos 40 e 50, juntamente com a diminuição das taxas de mortalidade (fenômeno este, também, somente compreensível se levarmos em consideração o fortalecimento da ação do Estado por todo o país), estavam na base da crescente migração rural-urbana, no Nordeste e no Extremo sul,⁴ bem como, da migração rural-rural, daquelas regiões, seja estendendo uma agricultura de subsistência para áreas pioneiras (Maranhão, norte de Goiás, sudoeste do Paraná), seja incorporando tal população como força de trabalho à agricultura comercial (capitalista) da área de São Paulo em expansão (norte do Paraná, sul do Mato Grosso e de Goiás). É também possível que, nos anos 50, um fluxo crescente de nordestinos, provindos de vilas e pequenas cidades, e mesmo das partes mais “urbanizadas” das zonas rurais, tenha-se juntado aos migrantes de Minas Gerais e do interior de São Paulo, ao dirigir-se diretamente para a economia urbana em expansão do Estado de São Paulo, principalmente para a da Grande São Paulo (Recursos Humanos da Grande São Paulo, 1971, pág. 96; Lopez, 1964, pág. 32). Isto poderia dever-se tanto (a) ao fato da “nova industrialização”, que caracterizou o Brasil nos últimos vinte anos, requerer, junto com gerentes, técnicos de nível médio e trabalhadores qualificados, grandes porções de força de trabalho não e semi-qualificada, como (b) à proliferação de pequenas oficinas, negócios e serviços (pessoais e de reparação) criados pela economia urbana em crescimento: “artesanato” e serviços estimulados, numa situação de excesso de força de trabalho, pelo setor moderno.

O que se quer sublinhar neste passo é complementaridade, contrariamente aos pontos de vista prevalecentes, nas condições de desenvolvimento capitalista dependente, (a) de um desenvolvimento urbano-industrial e agrícola “modernos” no Centro-sul e a expansão “primitiva” agrícola nas áreas periféricas do país, a (b) do crescimento, no Centro-sul mesmo, de modernas e grandes empresas lado a lado de pequenas lojas, pequenas oficinas e serviços, caracterizando um setor não-capitalista de autônomos e trabalhadores familiares não-remunerados (ai, na região paulista, dificilmente podendo ser caracterizado como um setor “marginal”, recipiente

de uma massa de trabalhadores sub-empregados ou de desempregados disfarçados (veja, e.g., Lopes, 1968, págs. 42-49).

Um quadro mais completo da natureza do desenvolvimento prevalecente no período pós-guerra até o início da década dos 60 é necessário para compreender-se as migrações como, ao mesmo tempo, fator e efeito desse desenvolvimento, ou seja, como resultante de suas características e como contribuindo para as mesmas. O desenvolvimento neste período assentou-se num pacto de classes industriais e agrárias (sujeito, é claro, a tensões e conflitos secundários), pacto que teve seus reflexos ao nível do Estado (veja-se, entre outros, Weffort, 1965). Ao mesmo tempo que o Estado criava as condições institucionais e econômicas tendentes ao desenvolvimento de uma economia urbano-industrial voltada para o mercado interno, mantinham-se outras condições propícias à expansão horizontal do setor agrário, com coeficientes extremamente baixos de capitalização. Ademais, não se destruía o poder político dos donos de terra (veja Furtado, 1972). Para que tais resultados agrários e políticos se concretizassem, bastava ao Estado eximir-se de regulamentar o mercado de trabalho rural e de tocar na estrutura fundiária. Para a economia urbana industrial, o setor rural, pela migração, fornecia mão-de-obra, bem como alimentos e matérias-primas baratos (além de suprir aquela economia com as divisas necessárias para a obtenção de equipamento e peças). A pressão constante das migrações, de um lado, diretamente pelo aumento da oferta de força de trabalho urbana, mantinha baixos os salários. Por outro lado, ao constituir o setor urbano autônomo (comércio e serviços chamados “marginais”), as mesmas migrações contribuíam para aquele mesmo fim de forma indireta, pelo barateamento de importantes componentes da cesta de consumo operária. Assim, por uma e por outra via, elas sustentavam os níveis altos de acumulação de capital. (O que deve ser sublinhado é a hipótese que a expansão de setores “primitivos”, de baixa capitalização, tanto nas áreas rurais como nas urbanas, era e continua sendo favorável, pelo barateamento do custo de reprodução da força de trabalho, à acumulação de capital nos setores urbanos, tecnológica e organizacionalmente mais modernos. Ademais, como se argumentará mais abaixo, pelo menos por certo tempo, o desenvolvimento urbano-industrial moderno “criou” a sua contrapartida “primitiva” nas áreas rurais. Essas afirmações não implicam em negar que, noutras áreas, sob dadas condições, o desenvolvimento do capital e do mercado tenham podido criar uma agricultura comercial mais moderna). Além disto, a agricultura e uma boa parte dos serviços urbanos, ao se conservarem não capitalistas (agricultura camponesa, setores urbanos autônomos), deixaram de competir com os setores industriais e terciários modernos pelos escassos fundos disponíveis para a

acumulação (veja, para uma elaboração de todos estes argumentos, Francisco de Oliveira, 1972). Através desses mecanismos, relações solidárias (sem prejuízo de conflitos secundários) foram estabelecidas entre a burguesia urbano-industrial e a burguesia agrária e mesmo com os setores mais tradicionais (patrimonialistas) da camada dominante agrária. Tais relações foram cimentadas pelo próprio processo de diferenciação da burguesia, pelo qual “interesses” (em um sentido econômico e social amplo), inclusive a “visão do mundo” de seus vários setores, industriais e agrários, vieram a convergir. Os estratos populares urbanos — em larga medida formados pelas migrações rurais e de pequenas cidades — entreteceram-se na “aliança” poli-classista por meio de regimens populistas. Massa de manobra para a “demagogia” urbana populista, “o povo” tinha de ser lavado em conta, em algum grau, pelo sistema político. Entretanto, o acesso mesmo à vida urbana, pela migração, era provavelmente o principal fator responsável pela relativa adesão da massa popular ao sistema político. A dinâmica do sistema político, com a feição que assumia, criava assim importantes componentes das forças de atração que traziam as populações rurais para o mundo urbano, ao mesmo tempo que constituía as próprias bases para o seu funcionamento.

oOo

Durante o regime populista, no fim dos anos 50, a economia já vinha sofrendo transformações profundas, centradas na “nova industrialização” de bens intermediários e duráveis (indústria automobilística, metalurgia, setor de eletro-domésticos, etc.), de caráter monopolista e de propriedade estrangeira ou associada a capitais estrangeiros. Cada vez mais o centro dinâmico do sistema econômico perdeu a sua correspondência com a base política e social do Estado. Isto ocorria quando, no nível internacional, o capitalismo transformava-se. “. . . A organização econômica capitalista sofrera também, no plano internacional, modificações acentuadas na última década (antes de 1964). Para resumir, as corporações internacionais passaram a diversificar não só os ramos de atividade econômica sob seu controle, mas a localização das fábricas, deslocando algumas delas para áreas periféricas. Disso derivou maior interdependência na esfera produtiva internacional —visto o sistema econômico mundial do ângulo dos centros de decisão— e uma modificação nas formas de dependência que condicionam os estilos de desenvolvimento dos países que se integram na periferia do capitalismo internacional”. (Cardoso, 1972, pág. 54). Mudanças políticas começando com o movimento militar de 1964 tornaram viável o novo modelo econômico de desenvolvimento. Este modelo, deve-se assinalar, acentuou a concentração da renda do país, já de início alta, e colocou, no

resultante perfil de demanda, a contrapartida para o seu dinamismo produtivo. Seja considerada uma revolução burguesa, da forma em que tal revolução é possível em países dependentes, ou uma contra-revolução ou um “movimento de restauração (veja Cardoso, *op. cit.*, e Schmitter, 1971, sobre estes pontos de vista divergentes), o que parece acima de dúvida é que o novo modelo econômico e político baseia-se em novos fundamentos sócio-econômicos, segundo os quais ganharam poder, de um lado, grupos sociais que representam o capitalismo internacional, bem como setores das Forças Armadas o da tecnocracia, e perderam-no, de outro lado, outros, tais como a classe média burocrática tradicional e também (o que para o tema deste artigo é particularmente relevante) os setores agrários tradicionais e os líderes sindicais, que, antes, serviam como mediadores entre os trabalhadores urbanos e o Estado.

Deve-se salientar que continua, nesta fase do capitalismo monopolista dependente e sob a nova situação de poder, na maior parte do país,⁵ o crescimento em extensão, sob novas formas, de uma economia primitiva de subsistência, preenchendo como antes o seu papel para a acumulação de capital urbano-industrial. Pode-se mesmo dizer que o estilo de desenvolvimento, como está ocorrendo, cria, pelo menos por certo tempo, continuamente, formas de agricultura arcaica (tal vez, no futuro, num patamar mais alto de acumulação, passe a destruí-las; este ponto coloca, porém, em pauta a problemática mais geral do desenvolvimento dependente e, é claro, ultrapassa os limites deste trabalho).

Uma análise mais detida de algumas tendências agrárias no Nordeste, nos últimos quinze anos, é necessária para ter-se todo o significado, dentro do panorama mais amplo, dos movimentos migratórios que têm lugar naquela região.⁶

O binômio latifúndio-minifúndio é tradicional no Nordeste, os latifúndios produzindo mercadorias de exportação⁷ (açúcar, algodão, cacau) e os minifúndios, dedicados à lavoura de subsistência. Muitas vezes, particularmente no passado, pequenos tratos de terra para subsistência, no interior dos latifúndios, eram dados aos trabalhadores rurais (moradores), como retribuição pelo trabalho nas grandes plantações. Mesmo para o camponês, proprietário ou arrendatário de seu pequeno terreno, o seu tamanho exíguo obriga-o a assalariar-se nas plantações. Isto resulta, muitas vezes, como é o caso dos minifúndios do Agreste nordestino, em migrações sazonais para a região costeira durante a colheita da cana.

Análises na década dos anos 50 e início dos 60 viram esta estrutura agrária como um obstáculo ao desenvolvimento, devido à sua incapacidade para servir como mercado para os bens industriais e à sua suposta falta de dinamismo para responder à demanda urbana por produtos agrí-

colas. Em ambos sentidos o diagnóstico provou ser inválido. Nem o mercado rural mostrou-se necessário para o crescimento industrial dos anos 60 (dadas as características deste), nem a oferta de alimentos foi insuficiente. Pelo contrário, a produção de alimentos no Nordeste cresceu consideravelmente nos últimos quinze anos. Ao mesmo tempo, todos os estudiosos do problema concordam que, sob o ponto de vista das forças produtivas, a agricultura continuou primitiva. Como que uma agricultura tecnicamente primitiva cresceu “dinamicamente”? (5,5% ao ano; Castro, 1971, pág. 191).

Um exame da dinâmica da estrutura agrária da região, baseado em alguns estudos recentes (a exposição que segue é, exceto quando houver expressa indicação em contrário, baseada em Sá, 1973) são pertinentes ao tema deste artigo (e ao mesmo tempo dão uma resposta à questão colocada acima). Primeiro, devemos caracterizar o mecanismo explicativo de por que não surge na região uma agricultura comercial capitalista de alimentos. A oferta urbana de alimentos sendo, basicamente, a soma de inúmeros pequenos excedentes de minifúndios de subsistência, compradores oligopsônicos impedem que os preços de alimentos em elevação no meio urbano sejam transmitidos como preços mais altos (sempre em termos reais) para os pequenos produtores. Na realidade, a produção de alimentos aumenta independentemente do comportamento do mercado, na medida em que aumentam a população que trabalha em lavouras de subsistência e as terras. Os preços para o produtor sendo mantidos baixos não há incentivo para atrair a agricultura em larga escala para o setor de produção de alimentos e este conserva o seu caráter não capitalista. A explicação do aumento da oferta de alimentos ao setor urbano fica, assim, na dependência da compreensão do crescimento em extensão de uma economia camponesa de subsistência.

Taxas de mortalidades decrescentes resultaram na multiplicação dos minifúndios e, ainda com maior intensidade, na multiplicação da sua população. A força de trabalho excedente tem três destinos possíveis: (a) migrar para os centros urbanos; (b) empregar-se como força de trabalho temporária (i.e. sazonal) nas plantações das grandes propriedades (nas lavouras de mercadorias de exportação); e (c) migrar para a fronteira agrícola, onde em terras livres podem reproduzir a agricultura de subsistência. Estes vários movimentos são, é claro, interrelacionados, e, na sua combinação específica, refletem, em última instância, o estilo global de desenvolvimento.

No último período intercensal a taxa de crescimento urbano global evoluiu mais lentamente que no anterior. Este fato provavelmente refletiu a depressão econômica do Centro-sul, de 1962 a 1967, cujas cidades deixa-

ram de servir, na mesma medida que antes, de válvula de escape para a migração nordestina. (Ocorreu uma queda brusca no volume de migrantes internos para a cidade de São Paulo; a emigração do Nordeste, da Bahia ao Piauí, colocou-se em níveis bem abaixo dos da década anterior: 1 031 milhares nos anos 60 comparados com 2 039 milhares nos 50; Graham e Buarque de Hollanda Filho, 1971, pág. 98; idem, 1973, págs. 113, 133).⁸

Outra tendência importante foi a expulsão de trabalhadores permanentes das plantações (trabalhadores que perdem deste modo as suas roças de produtos de subsistência). Este processo iniciou-se nos meados da década dos 50, intensificou-se com a extensão da legislação trabalhista às áreas rurais (1963) e continua em curso (Correia de Andrade, 1964; Furtado, 1964; Palmeira e outros, 1973). Teve por consequência a criação de uma reserva de mão-de-obra rural localizada em aglomerações ao longo das estradas e na periferia das vilas a pequenas cidades: para estes pontos dirigem-se empreiteiros de mão-de-obra para buscar trabalhadores para buscar trabalhadores para executarem serviços temporários nas propriedades rurais. Isto teve vários efeitos. Alterou a situação de trabalho dos centros urbanos menores e, porventura, modificou o caráter das migrações. É possivelmente uma razão, junto com as repercussões da depressão no Centro-sul, por que o crescimento urbano no Nordeste na década dos 60 deu-se com maior intensidade, comparando-se com o decênio anterior, nas cidades de tamanho médio (Graham e Buarque de Hollanda Filho, 1973 (pág. 113)). Por outro lado, esta reserva de força de trabalho rural nos aglomerados urbanos de Zona da Mata certamente dificultou para os minifundistas do Agreste acharem, nas plantações de açúcar, oportunidades de trabalho sazonal, piorando a sua situação.

Há indicações de dificuldade crescente para a expansão da economia camponesa minifundiária em terras virgens ou não apropriadas na frente pioneira. A ocupação do Maranhão é um caso significativo. Nos anos 50 estabelecimentos agrícolas de menos de 10 ha multiplicaram-se por três, mas o seu tamanho médio diminuiu. Concomitantemente, a proporção de terra cultivada de tais estabelecimentos elevou-se bastante. Embora tenha havido grande aumento do número de ocupantes naquele decênio, o maior acréscimo ocorreu com os arrendatários. A ocupação de terras na fronteira agrícola com a economia camponesa de subsistência é precária. A renda monetária suplementar para estes camponeses, embora pequena, é essencial.⁹ Isto significa que as terras a serem ocupadas na frente pioneira têm que estar pelo menos tenuamente ligadas ao mercado. Na medida em que prossegue a ocupação da área e tornam-se mais fortes e frequentes, com a melhoria dos transportes, as relações com o mercado, os ocupantes (cam-

poneses) em economia de subsistência são rapidamente desalojados pela constituição das grandes propriedades. Isto provoca movimento de população de outro tipo. A mão-de-obra rural, nas pequenas cidades e vilas do Nordeste, constitui reservatório para recrutamento, por empreiteiros, da força de trabalho necessária, por exemplo, às novas propriedades que surgem no sul do Pará, para exploração madeireira e da pecuária, estimuladas pela política de incentivos fiscais. (Processos como este talvez expliquem por que o saldo migratório positivo para o Maranhão, nos anos 50, de mais de 212 mil pessoas, transformou-se em saldo negativo, na década seguinte, de 221 mil pessoas (Graham e Buarque de Hollanda Filho, 1971, pág. 98).

Por todos estes motivos, a pressão dos camponeses minifundiários sobre a terra parece estar encontrando a sua principal válvula de escape pelo arrendamento de minúsculos tratos de terra nos latifúndios. Com este processo, o antigo binômio latifúndio-minifúndio transforma-se. Por seu lado, os latifúndios tendem, quando os preços dos produtos de exportação caem, embora preservando a integridade da propriedade, a ter a sua exploração subdividida, pelo arrendamento de múltiplos pequenos pedaços de terra. Arrendando a sua terra, o proprietário permanece em uma situação privilegiada: transforma-se num quase-puro usufridor de renda da terra e, além disso, acresce a este papel o de comerciante, em posição oligopsônica, dos excedentes das colheitas alimentares de seus arrendatários. Ademais, freqüentemente, também monopoliza o crédito bancário, que transfere, a altos juros, para os rendeiros de suas terras. Por todas estas formas, os proprietários de terras passam a entrosar-se à rede de relações, pela qual a acumulação de capital urbano é alimentada.



Os vários casos estudados ilustram a abordagem adotada e os modos pelos quais os movimentos de população surgem, na análise, como produto a fator da transformação global. Focalizando, para simplicidade de exposição, no último exemplo considerado, podemos notar, para finalizar, os seguintes pontos das interrelações entre desenvolvimento e migrações:

1) somente encarando-se as várias mudanças agrárias, entrelaçadas, no Nordeste —a contração do mercado de força de trabalho sazonal para os minifundiários agrestinos; a lenta expansão da frente pioneira camponesa, seguida nessas áreas pela constituição da estrutura latifundiária; a saturação dos mercados de trabalho urbanos e semi-urbanos; a multiplicação de oportunidades de arrendamento— é que podemos compreender as interconexões e o caráter social dos vários movimentos migratórios;

2). a consideração de tais transformações é também necessária para compreender-se o papel da expansão da agricultura primitiva, como fornecedora de alimentos para a população não agrícola e como base para a acumulação de capital, e sua adequação ao modelo de desenvolvimento em curso; e, por último,

3) aquelas modificações agrárias somente podem ser compreendidas em termos do próprio estilo global de desenvolvimento (e a composição de forças sócio-políticas que tal estilo expressa), inclusive como ele repercute sobre aspectos tão diversos como a evolução do mercado de trabalho urbano, a política de construção da rede de transportes e de abertura de novas terras e, como último exemplo, embora não o menos importante, sobre a própria estrutura agrária.

¹ Não seria difícil equacionar as fases de Cardoso e Faletto às de Seers. O importante, porém, é assinalar o tratamento sócio-político dos primeiros autores e o sucesso com que conseguem relacionar, internamente, em cada fase, o sistema de dominação ao sistema produtivo e, ambos, às cambiantes relações de dependência externa.

² Enquanto, por um lado, a posição dessa nova camada dominante (os fazendeiros de café) baseava-se no trabalho escravo, por outro, os seus traços burgueses parecem-me incontestáveis. Este porém não é o lugar para analisar-se a sua natureza.

³ A interpretação de Graham e Buarque de Hollanda Filho (1971), ao contrário da de Balan, não sublinha o requisito, essencial na situação, de libertar-se a mão-de-obra dos seus meios de subsistência (a terra), mas enumera, em vez, uma lista de fatores (custo de transporte, a "expulsão" da terra, as atitudes dos fazendeiros, etc.) comparando, ponto a ponto, os emigrantes com os trabalhadores nacionais.

⁴ Diferenciando ainda mais as estruturas urbanas das várias regiões, que eram, provavelmente, mesmo antes da industrialização, já ben desiguais (ver acima) as áreas urbanas das regiões periféricas crescendo hoje, ainda mais, os seus setores não capitalistas.

⁵ A atenção prestada neste artigo às formas de desenvolvimento rural primitivo, prevalecentes no Brasil, principalmente no Nordeste, não implica em negar o aparecimento de uma agricultura comercial capitalista no Centro-sul, como já se mencionou acima. Esta última transformação no meio rural produz o deslocamento clássico do trabalho pelo capital e, por conseguinte, movimentos de população de tipo próprio.

⁶ Na verdade, o nosso conhecimento do fenômeno migratório no Brasil nesse período restringe-se às suas dimensões mais grosseiras, isto é, as oferecidas pelos saldos migratórios, positivos e negativos, intercensais, estimados por Graham e Buarque de Hollanda Filho (1971), e a estudos monográficos fragmentários, um bom sumário dos quais é apresentado em Palmeira e outros (1973). Para os objetivos do presente artigo, dado a sua natureza ilustrativa e metodológica, basta-me a informação existente.

A publicação de todos os volumes do Censo Demográfico de 1970 permitirá agora uma análise mais satisfatória. A esta informação necessitar-se-ia acrescentar conhecimentos sobre a dinâmica das estruturas agrária e urbana do país.

⁷ "Exportação" no sentido genérico, i.s., para fora da região.

⁸ Pressupõe-se que o movimento menor para fora da região tenha resultado, dentro da região, em migrações menos intensas rurais-urbanas ou de pequenas cidades para as maiores. Os dados existentes, embora insuficientes, são coerentes com esta explicação.

⁹ Há necessidade de compreender-se melhor a natureza das modificações, certamente acentuadas, do estrato camponês. O grau de penetração de produtos e

serviços comprados no mercado na sua cesta de consumo, a sua maior especialização em atividades agrícolas e, portanto, embora cotinuando em essência uma economia não-mercantil, seus maiores vínculos monetários com o resto da sociedade — todos estes aspectos precisam ser melhor esclarecidos para que se possa avançar na análise de sua dinâmica e movimento.

BIBLIOGRAFIA

- Balan, J., 1973, "Un siglo de corrientes migratorias en el Brasil", *Estudos CE-BRAP* 5.
- Cardoso, F. H., 1972, *O modelo político brasileiro*, São Paulo, Difel.
- Cardoso, F. H. e Faletto, E., 1969, *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, México, Siglo XXI.
- Castro, A., 1971, *Sete Ensaios de Economia*, vol. 2, São Paulo, Forense.
- Correa de Andrade, 1964, *A terra e o homem no nordeste*, São Paulo, Brasiliense.
- Eisenberg, P. L., 1972, "A abolição da escravatura: o processo nas fazendas de açúcar em Pernambuco", *Estudos Econômicos*, vol. 2, no. 6, pp. 181-203.
- Furtado, C., 1970, *Análise do "Modelo" Brasileiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Graham, D. H. e Buarque de Hollanda Filho, S., 1971, *Migration, regional and urban growth and development in Brazil*, vol. I, São Paulo, IPE, mimeo.
- Graham, D. H. e Buarque de Hollanda Filho, 1973, "Interregional and Urban Migration and Economic Growth in Brazil" in CEDEPLAR, *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*, vol. II, pp. 101-146.
- Holloway, T. H., 1972, "Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915", *Estudos Econômicos*, vol. 2, no. 6, pp. 145-180.
- Levin, J. V., 1960, *The Export Economies*, Cambridge, Harvard Press.
- Lopes, J. R. B., 1964, *Sociedade Industrial no Brasil*, São Paulo, Difel.
- Lopes, J. R. B., 1967, *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, Difel.
- Lopes, J. R. B., 1968, *Desenvolvimento e Mudança Social*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Nichols, W. H., 1962, *Industrial-urban development and agriculture in São Paulo, Brazil, 1940-1950*, mimeo.
- Oliveira, F., 1972, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", *Estudos CEBRAP* 2, pp. 3-82.
- Palmeira, M. e outros, *Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*, manuscrito.
- Sá, F., 1973, "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência", *Estudos CEBRAP* 3, pp. 87-147.
- Schmitter, P., 1971, *Interest conflict and political chances in Brazil*, Stanford, Stanford University Press.
- Sears, D., 1963, "The Stages of Economic Development of a Primary Producer in the Middle of the Twentieth Century", *The Economic Bulletin of Ghana*, vol. VII, no. 4, pp. 57-69.
- Singer, P., 1963, "A agricultura na bacia Paraná-Uruguaí", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. III, no. 2, pp. 31-164.
- Weffort, F., 1965, "Estado y masas en el Brasil", *Revista Latinoamericana de Sociología*, 1, pp. 53-71.